

F 20.81
P289



Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0015599

REZENDE PASSOS
Deputado Federal

NACIONALISMO E PATRIOTISMO

— *Discurso pronunciado na Câmara
dos Deputados em dezembro de 1957.*

F 328.32
P289n

DE JANEIRO — 1958

GABRIEL DE REZENDE PASSOS
Deputado Federal

NACIONALISMO E PATRIOTISMO

— *Discurso pronunciado na Câmara
dos Deputados em dezembro de 1957.*

F 328.32
P 289m

B0015599

RIO DE JANEIRO — 1958

O SR. GABRIEL PASSOS:

Sr. Presidente e Srs. Deputados, vivemos numa época em que as palavras adquirem significação nova e os conceitos se confundem no meio do sentido variado que cada qual empresta ao vocábulo que emprega. Talvez seja este um aspecto da hora visivelmente confusa que atravessamos, em que as coisas mais singulares acontecem e o homem, aturdido, começa a se perder nas coisas pequenas.

É uma época em que — a nos atermos ao cotidiano — se abre um dia o jornal e verifica-se que houve o rapto de certa criança. A Polícia faz investigações circunstanciadas e, ao cabo, não tendo outra pessoa a quem atribuir o crime, imputa-o ao próprio pai da criança... Assaltam determinado banco, tentam assassinar o caixa e, no fim de certo tempo, o caixa também é apontado como implicado na quadrilha de meliantes... Uma jovem é assassinada e, depois de longas investigações, conclui-se, como solução, que a própria mãe teria mandado matar a filha...

Como se vê, a época é um pouco conturbada e confusa. Não será de espantar, pois, que também as palavras comecem a adquirir sentido, tom, ressonância diversos daqueles que lhes são peculiares.

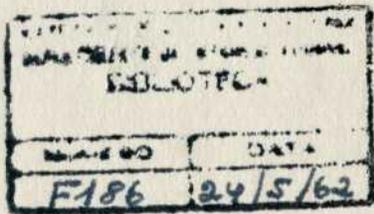
Entre essas palavras, nos últimos dias, compulsando os recortes de jornais que nos chegam, noto uma que muito de perto nos interessa, que nos marca a atitude e a atuação pública e que se vai revestindo de coloração completamente estranha e surpreendente. Refiro-me à palavra *nacionalismo*. Todo o mundo acredita saber o que seja *nacionalismo*. É algo, por assim dizer, trivial, uma espécie de desdobração de patriotismo ou do sentimento de amor à terra, não amor neutro ou amor inatuante, mas amor objetivo, que se reflete nos cuidados, na atenção, nos desvelos pe-

los problemas, pelas coisas nacionais. A mim me parecia palavra de significação tranqüilla. Nacionalista seria o patriota zeloso pelos interesses fundamentais de sua pátria. Mas começam a dizer que não é assim, Senhor Presidente. Hoje, querem dar à expressão "nacionalista" um sentido de quase inimigo da própria nação... Há uma subversão de valores, uma "marche au rebours" no sentido e na significação das palavras. Haverá efetivamente esse equívoco? Será um equívoco natural, surgente da ordem das coisas?

A meu ver, não. É equívoco dirigido. Estamos num período em que tudo é dirigido, na época dos teleguiados. Direi, pois, que nos encontramos em face de um equívoco teleguiado porque, se formos indagar do significado da palavra na sua fonte originária, que é a expressão popular, pois o povo fala aquilo que sente, com as palavras usuais, a gente compreenderia logo que "nacionalismo" é apenas isso mesmo: é amor à própria terra, é o cuidado, a atenção permanente, diuturna de todas as horas, pelos seus problemas, pelas suas coisas pelas suas dificuldades. Então, quem é que anda modificando o sentido das palavras? Não se sabe... Mas essa modificação existe.

Sr. Presidente, a cada passo somos forçados a entrar em contato com essas trivialidades, isto é, com esses conceitos triviais, corriqueiros, para evitar que as palavras com o conteúdo transmutado se voltem contra nós... Os que nesta Casa nos conhecemos por "nacionalistas", não pomos muita ênfase nesta expressão: "nacionalista" é a característica do cidadão que dá precipuamente atenção a certos problemas, que mais de perto interessam ao desenvolvimento do nosso país, porque os consideramos mais sujeitos a riscos e perigos.

Sr. Presidente, é desagradável falar da própria pessoa, mas, de todo modo,



é conveniente situar-me bem no problema. Eu teria sido nacionalista pela circunstância de, além dos sentimentos nacionais que tenho, e muitos outros colegas igualmente têm de maneira brilhante, haver exercido a função de Procurador-Geral da República durante 9 anos, quando defendia profissional e exclusivamente o interesse nacional. Advogado dos interesses da União, contra poderosas empresas estrangeiras, numa época em que estavam acostumadas a falar de cima para baixo nas repartições públicas e às vezes ericavam a crista de sua petulância até nos Tribunais, até na própria Justiça, onde aliás, eram rechaçadas, tive o prazer de encontrar força e resistência para que fosse reconhecido apenas o estrito direito delas e nada mais, sem postergação dos interesses legítimos da União.

Nessa oportunidade, discuti a constitucionalidade, a validade e a vigência do Código de Minas e do Código de Aguas, contra poderosas correntes, que mobilizavam a opinião pública, através de jornais, de pareceres notáveis de grandes juristas, numa luta terrível de todos os momentos, visando a impor o império dessas duas leis de tão profunda repercussão para a vida nacional, básicas para a salvaguarda de nossas riquezas — o que logramos, ao cabo de longas lutas.

Vindo para esta Câmara, as circunstâncias me conduziram a uma Comissão importante, onde funcionei quase só como "mirone" pois outros colegas mais habéis se aprofundaram mais no tema; em todo o caso, examinei bem de perto o problema do petróleo na Comissão do Petróleo.

Mais tarde, quando se constituiu a Comissão de Energia Nuclear e Estudos dos Minerais Atômicos, fiz parte da mesma e agora, recentemente, ajudo a investigar as atividades da Standard e da Shell.

Tudo isso vai pondo na alma de quem tenha uma parcela de espírito público, um pouco de observação e de experiência, que configura o juízo e esclarece a conduta; vai sedimentando uns tantos conceitos ou uns tantos pontos de vista que explicam os fundamentos racionais, e não puramente emotivos, da nossa conduta nacionalista.

O Sr. Luiz Garcia — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GABRIEL PASSOS — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Garcia — Sabe V. Ex.^a que o nacionalismo se acentuou, marcadamente, na Câmara, a partir daquela atitude que a UDN, nosso Partido, teve, quando da feitura da lei atual da Petrobrás. Sabe V. Ex.^a, também, que àquele tempo o Partido, dirigido por esse espírito brilhante de homem público, que é o Deputado Odilon Braga, organizou uma comissão para estudar o anteprojeto de que foi relator o Deputado Bilac Pinto, que deveria ser apresentado como substitutivo à mensagem do então Presidente da República. Quero ressaltar esses fatos, para declarar e testemunhar que, então, embora V. Ex.^a não fosse Deputado, já nos dava a nós que tínhamos uma parcela de responsabilidade na feitura da legislação nacionalista nesta Casa, a palavra do seu estímulo e encorajamento. Certa vez encontrando V. Ex.^a na Avenida, e trocando idéias com V. Ex.^a a respeito do nosso trabalho na elaboração do anteprojeto que se consubstanciaria, mais tarde, com as modificações e acórdos possíveis na atual Lei da Petrobrás, V. Ex.^a me dizia que aquele era o caminho certo da UDN; que o Partido estava certo naquela linha e naquela conduta e deveríamos prosseguir nessa luta, a fim de que o nacionalismo, em matéria de petróleo, fosse vitorioso no Brasil.

O SR. GABRIEL PASSOS — Obrigado a V. Ex.^a.

Salientaria e salientarei a atitude decisiva do nosso Partido nessa luta nacionalista e agradeço a V. Ex.^a o seu testemunho, porque, em verdade, o homem não bem ou no mal é, de certo modo, irreformável. Somos hoje o que seríamos há dez, quinze ou vinte anos, apenas com mais ou menos experiência, mais ou menos desenganos. Mas em verdade, existe uma certa seqüência na vida de cada qual.

A atitude fundamentalmente nacionalista, que não é isolada, mas compartilhada pela quase totalidade dos colegas da Câmara, mostra ao Brasil que o Poder Legislativo tem desempenhado função primordial na luta pela defesa dos nossos interesses fundamentais, a que dão o nome de nacionalismo.

Mas, Sr. Presidente, em verdade, como bem acentuou o nobre Deputado Luiz Garcia, a U.D.N. é cooperadora decisiva do monopólio estatal do petróleo nessa brilhante campanha nacionalista. Ainda há poucos dias, deu o nobre Deputado Carlos Lacerda conhecimento oficial à Câmara do novo programa da União Democrática Nacional. Terão visto os prezados colegas a perfeita linha nacionalista desse programa, linha que em nada perdeu, diminuiu ou apagou as normas liberais e democráticas da atuação desse Partido, em todos os tempos.

Assim, ao contrário do que muitos receiam, não abandonamos a defesa das liberdades do cidadão; a defesa da Constituição; a liberdade e a pureza do voto; e estamos empenhados numa luta pela liberdade de expressão através da palavra escrita e oral. Por isso, pugnamos hoje pela liberdade do rádio, pelo acesso às emissoras por parte de todos aqueles que tenham uma mensagem a oferecer à opinião pública. Queremos, portanto, livres, limpos e nítidos os condutos para a opinião pública.

O Sr. Neiva Moreira — Permita-me V. Ex.^a? A luta pela liberdade do rádio é fundamentalmente nacionalista. Sabe V. Ex.^a ser muito mais fácil aos grandes trustes e a outros tipos de interesses antibrasileiros que interferem na vida econômica do País exercer controle sobre o rádio do que o acesso a ele dos que sustentam idéias nacionalistas.

O SR. GABRIEL PASSOS — Agradeço o aparte de V. Ex.^a com o qual estou de pleno acórdo.

Não há, Sr. Presidente, nos quadros partidários desvio de rota. Apenas a vida moderna tornou-se complexa. Não podemos continuar com o mesmo programa político-partidário de há trinta anos, limitado à defesa das liberdades públicas da Constituição, da democracia e do "habeas-corpus", etc.

Cumpre-nos incorporar à nossa ação outros elementos, porque a vida moderna tornou-se menos singela e outros fatores surgiram influenciando na vida social, política e econômica dos povos. Não podemos, portanto, abandonar o aspecto econômico dos problemas fundamentais, mesmo porque na inteligência e na compreensão do fato econômico reside a real defesa da democracia e, sobretudo, a defesa dos ideais nacionalistas, no Brasil. (Palmas.)

Na vida moderna, o fato econômico assumiu aspectos tão absorventes que ninguém pode desconhecê-lo. Ao homem público cabe o elementar dever de aprofundar seus estudos para considerá-lo e pesá-lo, a fim de evitar que a Nação sofra graves riscos e prejuízos, como ocorre sempre com o desconhecimento, por parte dos homens públicos, de problemas primários da nossa economia.

Um desses fatos básicos é, sem dúvida, o que diz respeito às fontes de energia. Ainda agora me vem à lembrança uma conversa melancólica com o saudoso e notável engenheiro Pires do Rio, na qual manifestava êle dúvidas e apreensões sobre o futuro do nosso País. Dizia-me: — "Infelizmente, o Brasil não poderá nunca aspirar a ser uma grande nação porque suas fontes de energia são precárias, seu carvão é de baixo teor e não dispomos de petróleo. De modo que o Brasil não poderá nunca aspirar — é mero ufanismo — a tomar parte no concerto das grandes nações, porque lhe falta essa base elementar que é a energia abundante de que carece o mundo moderno". Ora, Sr. Presidente, esse ponto de vista do ilustre homem público era compartilhada por muitos outros brasileiros eminentes. Mas, graças a Deus, hoje podemos dizer que esses receios são vão, porque a ocorrência de petróleo tornou-se um fato, e, sobretudo, porque o conceito que se vai aprimorando é o de que, mesmo que não tivéssemos petróleo, se nos dispuséssemos a importar o petróleo estrangeiro para transformá-lo, em nosso território, em óleo combustível, em gasolina, em óleo lubrificante e uma série de outros produtos, estaríamos criando a riqueza nacional e assegurando o nosso futuro.

Ao demais, contamos hoje com um organismo que, parece, foi criado no Brasil por inspiração divina. A lei monopolista estatal do Petróleo e, mais do que isso, a constituição de uma indústria integrada num só organismo para cuidar da pesquisa, da lavra, da exploração e do transporte do petróleo, podendo ainda estender as suas atividades a outros setores. Essas são realmente providências salvadoras. Estamos, destarte, manipulando uma fonte de energia, o que de certo modo significa assegurar o nosso futuro.

Admiramo-nos, pois, diante dos resultados espectaculares que a Petrobrás vem oferecendo nestes quatro

anos de atividades, que ainda haja descrentes. Serão os que não querem ver, ou os incapazes de ver, por qualquer motivo.

Mas, Sr. Presidente, neste passo, defender a Petrobrás não tem quase mais sentido. Temos, sim, de ampará-la contra certas arremetidas, embora feitas, muitas vezes, de boa fé. Quero dar exemplos para ser bem objetivo. Ainda há poucos dias, concedeu-se demissão a dois ilustres diretores da Petrobrás, dois notáveis engenheiros que vinham prestando àquela empresa os mais assinalados serviços. O fato contém em si dois erros, a nosso ver: um o dos demissionários, que se precipitaram em pedir demissão; o outro, o do Governo, em conceder essa demissão imediatamente, sem mais indagação, sem exercitar o critério de Governo de examinar os fundamentos da demissão.

Em que consistiria o erro, poder-se-ia indagar. Em que, sendo a Petrobrás um organismo grande, que se agigantará cada vez mais, para que ela não se transforme num instrumento calamitoso, deve manter o caráter de organismo colegiado; e num órgão dessa natureza, não prepondera a vontade de um diretor ou de um presidente, mas a vontade coletiva. Só assim as deliberações guardarão equilíbrio, ponderação e espírito de corpo, de equipe, ao em vez de transformar-se em instrumento da vontade absorvente e preponderante de uma só pessoa.

Eis por que achamos ter havido dois erros: um, o dos engenheiros em pedir exoneração, antes de forçar uma solução colegiada do órgão coletivo; outro do Governo em concedê-la logo, logo. Nesse caso, não se deve cuidar de prestigiar um diretor ou um presidente de organismo colegiado, mas de salvaguardar o princípio, os postulados desse organismo, mantendo o seu princípio colegiado. Sem dúvida, o Governo foi avisado, ao nomear dois diretores novos, capazes e escolhidos nos quadros da Petrobrás.

E' preciso acima de tudo evitar que um organismo como a Petrobrás se transforme em ninho de empregos ou de colocação para as transações políticas interpartidárias; é preciso que tenham acesso aos postos diretores homens forjados no trabalho da própria empresa, quer do Departamento Comercial, quer do Departamento Técnico, como acontece com todas as

grandes empresas congêneres no mundo.

O Sr. Odilon Braga — Não somente para evitar o que V. Ex.^a acaba de dizer, isto é, que aquela grande autarquia se transforme numa vasta entidade de colocação e de solução de problemas políticos eventuais, mas também para evitar que, à sombra das atividades, que são realmente vultosas, da autarquia, possam instalar-se certos interesses ou certos homens, que só têm em vista comprar materiais a fim de obter grandes comissões, em suma, fazer vultosos negócios. Precisamos, hoje, proteger a Petrobrás contra aquilo que se poderia chamar de podridão peduncular. Não podemos deixá-la apodrecer por dentro porque, do contrário, será facilímo derrubá-la muito mais do que tem sido até hoje. Assim, devemos sobretudo ter em vista esse resguardo da sua saúde interna, da sua vida, da sua capacidade para o desempenho cabal da sua missão.

O SR. GABRIEL PASSOS — Muito bem. Estou de pleno acordo com V. Ex.^a. Na verdade, a Petrobrás vai bem, de maneira geral. Temos o dever, porém, nós nacionalistas, sobretudo, de estar atentos e vigilantes, para evitar que ela periclite.

Outra crítica que eu desejaria fazer é relativa ao projeto do ilustre Líder do P.T.B., pelo qual se arrancaria da Petrobrás uma contribuição para a Previdência Social. Não podemos consentir que isso se faça, porque tal procedimento irá permitir que, daqui a pouco outros organismos, alguns até mais ou menos parasitários, suguem a vida da Petrobrás. Ela tem de ser mantida fora das combinações políticas e acima dos partidos. Todos os partidos têm interesse na sua preservação no seu engrandecimento, na sua riqueza. (Muito bem. Apoiados. Palmas.)

O Sr. José Joffily — Estou inteiramente solidário com a declaração que V. Ex.^a acaba de fazer. Não teria cabimento, quando a Petrobrás alcaça sua responsabilidade mais aguda, anulá-la com iniciativas dessa espécie. Com relação ao problema a que Vossa Excelência se referiu anteriormente, isto é, a exoneração de dois diretores da Petrobrás, pelas próprias palavras de V. Ex.^a, quando apreciou o critério da sua substituição...

O SR. GABRIEL PASSOS — Acertadas e brilhantes, aliás.

O Sr. José Joffily — ... verificamos que não houve erro do Governo. Há, porém, uma particularidade sobre a qual V. Ex.^a não está bem esclarecido. O Governo realmente refletiu e meditou antes de conceder a exoneração. Como se tratava de pedido em caráter irrevogável e como a Petrobrás oferecia, nos seus quadros elementos capazes de substituir aqueles dois ilustres técnicos brasileiros, o Governo deu a solução que é do conhecimento público.

Assim, numa análise mais serena e prudente, verificamos que o Governo não praticou erro algum ao conceder a exoneração. Erro, sim — e neste ponto estou inteiramente de acordo com V. Ex.^a — foi a iniciativa um tanto impulsiva daqueles dois eminentes brasileiros.

O SR. GABRIEL PASSOS — Exato, porque o que temos a resguardar é o espírito colegiado desse organismo. Se o Governo puder tomar qualquer providência que dê certa preminência à Presidência da Petrobrás, sobre esse colégio, adeus colégio! (Muito bem). Necessário, portanto, que o espírito que preside aquele organismo seja de colégio, de equipe, de grupo, onde todas as opiniões se possam externar livremente e sem amedrontá-las o perigo de exonerações e a solução seja a resultante majoritária das ponderações.

O Sr. Neiva Moreira — Lamento interromper a brilhante exposição de V. Ex.^a para me reportar às palavras do nobre Deputado Odilon Braga. Realmente, devemos exercer uma dupla fiscalização, fixar uma dupla presença nos trabalhos da Petrobrás, criticando-a, exigindo trabalho, reclamando eficiência, mas, também, apoiando-a...

O SR. GABRIEL PASSOS — Muito bem.

O Sr. Neiva Moreira — ... sobretudo quando ela é submetida a pressões políticas e econômicas de toda a natureza como, por exemplo, Senhor Deputado, atualmente ocorre. Uma das campanhas mais tenazes das que vêm sendo movidas nos bastidores da República contra a Petrobrás parte, segundo estou informado, de um grupo de homens de negócios ligados à indústria de tubos sem costura recentemente instalada em Minas, que desejam que a Petrobrás compre tubos além do necessá-

rio e permita intermediários nessa operação, inoportuna e desinteressante para a empresa. E é precisamente porque a direção da Petrobrás está imbuida desse espírito a que alude V. Ex.^a, numa orientação antiempreguista, que a leva a atuar com o maior rigor na seleção do seu pessoal, e resistindo obstinadamente a manobras dessa natureza, que se procura incompatibilizá-la nos bastidores da República, através de tenaz campanha contra a empresa e sua direção. V. Ex.^a, que é da estirpe daqueles homens do teor cívico e moral de Artur Bernardes, que tem, realmente, nas mãos, a grande responsabilidade de continuar, em Minas e no Brasil, a liderança desse grande movimento nacional que empolga o País, pode trazer a sua cooperação e a sua palavra em favor da defesa, que é vigilância, mas também é sustentação da Petrobrás.

O SR. GABRIEL PASSOS — Agradeço a V. Ex.^a as generosas referências à minha pessoa. Quanto ao mais, estou de pleno acordo com V. Ex.^a.

A Petrobrás atravessa uma fase perigosa. Seus inimigos externos são mais perigosos que os internos, que, acredito, não os há. Ela precisa agir com muita cautela, para evitar justamente o que V. Ex.^a acaba de denunciar — o empreguismo, o negociado e todas essas formas torpes de negócio, ou de vantagens, em torno da Petrobrás, e que devem ser rechaçadas. Pode V. Ex.^a estar certo de que o ilustre Presidente da empresa, honrado como é, e sua Diretoria, encontrarão na minha palavra todo o apoio contra os inimigos, na luta que está empreendendo contra os negociatas que querem tirar vantagens com prejuízo para a Petrobrás.

O Sr. Croacy de Oliveira — Permite-me, V. Ex.^a, indubitavelmente, é dos mais brilhantes membros da Comissão Parlamentar de Inquerito para investigar a exploração do Petróleo no Brasil e a situação da Petrobrás S. A.

O SR. GABRIEL PASSOS — Generosidade de V. Ex.^a.

O Sr. Croacy de Oliveira — Essa Comissão, que ainda não concluiu seus trabalhos, por motivo de alta política, continua a funcionar, tendo em seu bojo homens da envergadura moral de V. Ex.^a. Integram ainda

essa comissão mais dois membros dessa combativa agremiação partidária, a UDN: a figura moça e vigorosa de Luiz Garcia e o brilhante espírito, o parlamentar eficiente que é Bilac Pinto, ambos relatores. Presidente que sou da Comissão, nomeei o primeiro Relator geral e o segundo Relator parcial. Assim, se alguma coisa houver na Petrobrás, a Comissão apurará.

O SR. GABRIEL PASSOS — Temos na Comissão brilhantes companheiros, todos dignos.

O Sr. Neiva Moreira — A Comissão deve investigar as companhias de petróleo, não a Petrobrás.

O Sr. Croacy de Oliveira — O jovem e impetuoso Deputado Neiva Moreira faz acusação muito séria, de que há possível negociata, porque este é o termo adequado ao caso. Se as necessidades da Petrobrás são da ordem de "x" e querem que a transação seja da ordem de "x" mais "y", há na verdade uma negociata.

O SR. GABRIEL PASSOS — Mas S. Ex.^a não afirmou que havia negociata na Petrobrás. Declarou, sim, que havia pessoas tentando realizar essa negociata.

O Sr. Croacy de Oliveira — Impõe-se uma denúncia mais ampla, em termos mais precisos, por parte do Deputado Neiva Moreira, a fim de que o Parlamento Nacional faça sentir o peso da sua autoridade e os negociatas, os defraudadores da boa fé pública, os interessados na derrocada do bom nome da Petrobrás, sejam, inclusive, levados às barras dos tribunais, servindo o fato de lição a todos os negociatas porventura existentes no País. É o apelo que faço ao Deputado Neiva Moreira. Seja S. Ex.^a mais claro na sua denúncia.

O SR. GABRIEL PASSOS — Mas o nobre Deputado Croacy de Oliveira, que me honrou com seu aparte, entende como fato consumado a chamada "negociata". Entretanto, segundo a denúncia do nobre Deputado Neiva Moreira, apenas um grupo está querendo impingir a sua mercadoria, em grau excessivo ou demasiadamente vantajoso para si, em detrimento da Petrobrás.

O Sr. Croacy de Oliveira — Que sejam trazidos os nomes, para conhecimento do Parlamento.

O SR. GABRIEL PASSOS — Não tenha dúvida V. Ex.^a, Sr. Deputado,

nem ninguém mais, de que os negociatas são sutis nas manobras e tentativas na ação.

O que é preciso, na Petrobrás, e vigilância contra tais manobras. A nossa campanha nacionalista encontra tropeços também porque temos identificado grupos que só se preocupam com o interesse próprio, só visam ao lucro próprio, em detrimento do interesse público.

O Sr. Neiva Moreira — Permita o nobre orador. Não tenho qualquer dificuldade em detalhar o que sei a propósito do assunto, satisfazendo o justo interesse do nobre colega.

O SR. GABRIEL PASSOS — Certamente.

O Sr. Neiva Moreira — A companhia a que aludi chama-se Mannesmann, nobre Deputado Croacy de Oliveira — tem sua sede em Belo Horizonte e está interessada em vender tubos à Petrobrás. A Petrobrás deve comprar tubos à Mannesmann ou a empresas brasileiras em condições de vendê-los, porque com isso evitará a evasão de dólares, de cambiais para o exterior. Mas deve comprar os tubos de que precisa...

O SR. GABRIEL PASSOS — Especificamente os necessários, diretamente e pelos melhores preços.

O Sr. Neiva Moreira — ... diretamente negociando em bases comerciais com a direção da empresa e não através de intermediários, que estão pressionando a Petrobrás para forçar negócios desnecessários ou ruinosos. (Palmas).

O SR. GABRIEL PASSOS — Muito bem.

O Sr. Neiva Moreira — Naturalmente, Sr. Deputado, as campanhas que se fazem junto ao Presidente da República, que se conduziu corretamente nesse passo, segundo estou informado, não falam em tubos, mas são no sentido de se afirmar que a Petrobrás está ruim e desgovernada. Simplesmente porque não comprou os tubos ou não fez outros negócios. Assim procura-se intrigar para poder derrubar a sua diretoria, a fim de que uma diretoria condescendente possa amanhã comprar na Mannesmann os tubos de que não carece, pois já comprou tudo o que precisava, mesmo naquela empresa, sem necessidade de recorrer a intermediários

rios que tentam o bafejo das posições oficiais.

O Sr. José Guimard — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. GABRIEL PASSOS — Esclarecido este ponto e para que não nos percamos em detalhes que, afinal, não devem desfigurar a idéia geral que me trouxe a esta tribuna, devo acentuar que não só a Petrobrás, mas todos os organismos que queiram pautar sua conduta por uma linha de decência e dignidade, estão sujeitos a assacadihas e atentados de toda a natureza. E isto, Sr. Presidente, recrudescerá justamente numa hora em que procuram confundir desde a significação das palavras, até os conceitos, para turvar os fatos. Primeiramente, fazem uma propaganda negativa da Petrobrás, afirmando que ela nenhum resultado benéfico traz ao País; em segundo lugar, com uma inatural e artificial disputa entre a livre iniciativa e o estatismo. O que visam é justamente, por singular curiosidade, à Petrobrás. Querem a "livre iniciativa" para as refinarias, para os negócios lucrativos de petróleo e se esquecem do campo livre para a livre iniciativa, para as iniciativas que existem por esse Brasil afora... Quando falam em livre iniciativa o que desejam é alcançar, é participar das vantagens, do lucro das indústrias petrolíferas. Mas, Sr. Presidente, para quem queremos esse lucro? Queremo-lo, para a Nação, porque, incorporando-se à nossa economia, ele reverte em benefício do povo, no sentido de melhorar seu padrão de vida, de trazer para os cofres públicos os recursos numerosos de que carece o País para seu desenvolvimento.

O Sr. José Guimard — Sr. Deputado, tenho na melhor conta, como absolutamente sincero e honesto, o nacionalismo econômico de V. Ex.^a.

O SR. GABRIEL PASSOS — Não use o adjetivo nacionalismo econômico; diga nacionalismo *tout court*: é econômico, cultural, político, de todas as naturezas.

O Sr. José Guimard — V. Ex.^a tem dado provas disso. Mas eu queria aproveitar a oportunidade de V. Ex.^a estar na tribuna e de haver feito elogios merecidos à Petrobrás, aos quais nada tenho a opor, para pedir a V. Ex.^a que fizesse um apelo à Petrobrás no sentido de, nesta hora em

que o Brasil manda embaixadas ao Peru, para tratar, possivelmente, de petróleo, voltar seus olhos...

O SR. GABRIEL PASSOS — Para o Acre...

O Sr. José Guimard — ... sim, para o Acre, onde há ocorrência provada de petróleo e sua exploração se impõe.

O SR. GABRIEL PASSOS — Evidentemente, não é meu propósito discutir, no momento, o programa de trabalho da Petrobrás, pois está ele bem encaminhado pela Diretoria. Não posso servir-me da oportunidade sequer para fazer apelos, nem sugestões. Cuido da orientação da política petrolífera geral.

Concedo o aparte solicitado pelo Deputado Dagoberto Sales.

O Sr. Dagoberto Sales — Sr. Deputado, ninguém mais qualificado do que V. Ex.^a para falar sobre assunto de tal gravidade como o da Petrobrás. A vida pública de V. Ex.^a o autoriza a fazê-lo, bem como a interpretar o sentimento da esmagadora maioria da Nação brasileira em relação ao assunto.

O SR. GABRIEL PASSOS — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Dagoberto Sales — Sr. Deputado, queria apenas dizer a V. Ex.^a que toda essa atoarda que vai pela imprensa, essas reclamações, partidas, indistintamente, de grupos econômicos, é bom sinal em relação à Petrobrás; porque V. Ex.^a deve admitir que uma empresa com um orçamento que atinge a 20 bilhões de cruzeiros nas suas compras de materiais, repartidos por inúmeros setores, se não contrariasse, se não se antepusesse ao apetite exagerado e ganancioso de certos negociantes, sem dúvida não iria sofrer tais ataques. Justamente a insatisfação desses grupos financeiros constitui indício dos mais seguros de que a Diretoria da Petrobrás está apenas, em suas operações, atendendo aos interesses nacionais e não a interesses de grupos particulares.

O SR. GABRIEL PASSOS — De acordo com V. Ex.^a.

O Sr. Adahil Barreto — Sr. Deputado Gabriel Passos, a sua posição nacionalista já é conhecida e bem compreendida não só pela Câmara como

pela nação inteira. Sabe V. Ex.^a, Sr. Deputado, que a nossa posição nacionalista sincera e consciente, tem sido de má fé, deturpada por alguns, com intuídos de nos intimidar.

Falando por todos, neste instante, com autoridade moral e argumentação indiscutíveis, V. Ex.^a demonstra que o grupo parlamentar nacionalista da Câmara está consciente do papel que deve exercer e que, do mesmo passo, não teme a campanha de intimidação com que querem nos calar a voz. Congratulações, pois, Sr. Deputado, pela oportunidade e pelo brilhantismo do seu discurso, a que dou o meu inteiro apoio.

O SR. GABRIEL PASSOS — Agradeço ao nobre colega.

Sr. Presidente, na verdade, nós já vamos avançados no que diz respeito às pesquisas, onde se empregam numerosas sondas, com grandes vantagens, e à medida que aumenta a atoarda contra a Petrobrás, surge um poço produtivo.

Já vamos com um programa adiantado de refinação. Dentro de poucos anos, pois, estaremos refinando o petróleo necessário, o quanto baste à nossa atividade, ao nosso País. Isso é razão para que se desperte a atenção de certos organismos estrangeiros, que verificam que lhes vai escapar um grande mercado mundial de consumo para os produtos petrolíferos. Isso não se fará em vão. Entramos aí no terreno das competições comerciais, da concorrência, no terreno duramente cartaginês, em que o interesse, o lucro esmaga tudo o mais. Não há outra preocupação a não ser o lucro nesse mundo.

E' certo que vai restar ainda para suas atividades um campo extraordinário, qual seja o das indústrias petroquímicas, que estão tomando no mundo moderno um feitiço abrangente e envolvente de quase toda industrialização. E para essa industrialização o petróleo oferece a matéria prima necessária. De modo que, como já estão surgindo, as competições aparecerão também nesse terreno. Disso somos testemunha.

Infelizmente, estes momentos angustiados que o Regimento nos proporciona não nos permitem mostrar com fatos, com exemplos, a luta que já se esboça, sobretudo no terreno da

fabricação do metanol, ou do consumo de gás de síntese, que a Petrobrás produz na sua fábrica de fertilizantes.

E cito um episódio triste, em que um grupo brasileiro foi literalmente esmagado por um grupo estrangeiro, filiado à Standard americana, e esmagado porque lhe deram uma concessão com a qual era impossível sobreviver economicamente. Estes são aspectos curiosos a serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE — Lamento informar ao nobre orador que seu tempo está findo.

O SR. GABRIEL PASSOS — Infelizmente, V. Exa. me adverte, Sr. Presidente, de que o tempo regimental se escoou, o que me impede de detalhar o episódio ilustrativo.

Mas um País novo como o Brasil, um País cheio de possibilidades e que agora está despertando no campo industrial, há de oferecer desses aspectos e dessas lutas terríveis, em que é preciso, sobretudo, que fique de pé e vigilante a idéia nacionalista, para auxiliar ou, pelo menos, mirar a luta daqueles que realmente querem transformar no Brasil a própria riqueza, ao invés de vê-la transformada fora das nossas fronteiras.

Porque é certo, Sr. Presidente, que um país só se liberta, um país só progride quando transforma as próprias riquezas. (Muito bem). O país meramente exportador de matéria-prima é país fadado ao aniquilamento e ao perecimento. Lembremo-nos de que as grandes riquezas de ouro do Brasil apenas de passagem estiveram em Portugal. Embora Lisboa, no Século XVI fôsse uma das cidades mais ricas em comércio do mundo, não se industrializou. Ela importava lã, ela importava trigo — sim o trigo, desde aquêl tempo já era esse o destino de nosso país! — e havia os pregoeiros de que devia importar, porque tinha ouro para comprar o trigo, para comprar panos da Inglaterra, manufaturas de Flandres, da Itália, das cidades da Liga Hanseática e de todo o mundo então conhecido. Era a força que vinha do Brasil. Acabado o ouro, findou a riqueza de Portugal, porque êle não soube transformar, não soube construir sua riqueza industrial dentro de seus próprios limites.

Assim, Sr. Presidente, ocorre com as nações desavisadas que fazem tratados ruinosos, sem aquilatar das suas conseqüências.

Quando estamos de pé na defesa de programa nacionalista, defendemos o interesse nacional; não estamos protegendo o comunismo, nem confundindo as nossas com as aspirações comunistas. Não nos arreecemos, por outro lado, de ser tachados de filocomunistas, não temos receio de ser confundidos com comunistas, porque estamos imbuidos de nossa própria idéia, da idéia brasileira e nacionalista. (Muito bem; palmas.) E se estamos assim imbuidos, não podemos concordar com os tímidos, os vacilantes, que não têm confiança em suas próprias convicções e têm medo das confusões marginais, dos equívocos e intrigas em que nos querem enredar. Quanto a nós, posso falar pela quase totalidade dos nacionalistas desta Casa, estamos voltados é para o interesse do Brasil; não recuaremos, nem enfraqueceremos nossa atuação, com medo de ser-

mos tidos ou tachados de comunistas ou filocomunistas. E não recuaremos timoratos, porque quem está convicto dos seus próprios ideais ou dos seus próprios sentimentos, não pode recuar, seja pela corrupção, seja pela intimidação; marcharemos para o objetivo que nos traçamos, porque dêle estamos seguros.

Os nacionalistas desta Casa, Sr. Presidente, estamos convictos do nosso objetivo. (Palmas.) Estamos certos de que é necessária para o nosso país a idéia nacionalista; estamos absolutamente certos de que, sem a convicção de prevalência dos interesses nacionais, sem essa resistência parlamentar nacionalista, muitos erros se teriam cometido, muitos abusos se veriam verificados, ou por ignorância, ou por má fé daqueles que tiveram de tratar das coisas públicas.

Por isso estamos de pé pelo nacionalismo e continuaremos nesta atitude até o fim. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958